Os caminhos do livro

parte 01

Em quatro edições, uma súmula de elementos que seguem uma linha diacrónica das grandes evoluções na história do livro: os suportes, a reprodução do texto. Nesta primeira parte, os primórdios do livro.

texto de Marta Lança

Disco de Faistos, Creta, 1700 a. C

O livro – identificações

A história do livro conta-nos a memória das suas diversas configurações. É a história de uma mediação, de um suporte que veicula um conteúdo escrito que, por sua vez, transmite o pensamento através de tempo e espaço. Pertencendo ao domínio dos sistemas sociais de comunicação, para acedermos à sua longevidade, urge compreendê-la, à história, numa amplitude que inclui o livro antes de ser livro, isto é, uma pré-história onde têm lugar todos os documentos gravados, escritos, manuscritos, impressos, cujas funções foram as de difusão e recepção. Fazer esta espécie de arqueologia do livro presta-se, portanto, ao conhecimento das condições da sua produção e a concepções de texto, em que leituras e interpretações estão submetidas às práticas.

Impõe-se desde logo a importância de se definir os critérios sobre aquilo que faz um livro ser livro. Há várias identificações possíveis. Uma definição com base no objecto reconhece o livro simplesmente na reunião de folhas de papel, ou outro material, manuscritas ou impressas, com uma cobertura formando um volume. Já a definição legal, instituída pela UNESCO, acrescenta limites de páginas, em que o livro corresponde a qualquer publicação unitária, não periódica, que reúna num só volume 49 ou mais páginas.

Artur Anselmo, na minuciosa *História da Edição em Portugal, I* (Lello, 1991), apresenta o livro no seu carácter de absoluto, de Obra, mas aponta-o também como "mercadoria espiritual" e "veículo do saber". Será a identificação mais consensual, um veículo de conhecimento, pois traduz a infinidade de formas e de conteúdos. O autor define o livro como "uma consequência da simbolização e da representação linguística, [que] não prescinde de um código escrito capaz de reproduzir com estabilidade o pensamento e a articulação". De facto, nas diversas naturezas do livro — obras literárias, técnicas, científicas — a sua maior unidade é a de concretizar e continuar a relação do homem com a escrita, como testemunho do pensamento humano, e nessa relação produzir e ser o garante da cultura. Por isso o livro corresponde a uma necessidade absoluta para a criação de conhecimento, e a génese da sua história reflecte de alguma forma a capacidade de abstracção da Humanidade. Digamos então que existe livro desde que há necessidade de fixar o escrito, o que nos faz nomear como livro objectos inventados há muito tempo que, apesar de completamente diferentes dos livros actuais, cumpriam a função de difundir a informação escrita.

Os materiais da Antiguidade

Num esforço de aperfeiçoamento da sua acessibilidade, os suportes para o livro evoluíram desde sempre, tendo cada civilização contribuído criativamente para a sua formação. Como exercício de distanciamento, tentemos recriar os livros dentro dos invólucros mais inusitados, num inventário sumário dos materiais explorados.

Há vestígios de inscrições em osso e pedra, material no qual, segundo o *Antigo Testamento*, foi gravada a primeira lei dos hebreus. O uso da argila vulgarizou-se desde o III milénio a. C., na Mesopotâmia, como suporte para a escrita cuneiforme. Esta escrita ideogramática, originária dos povos assírios e caldeus e a mais antiga de que há notícia, era composta por caracteres talhados com um estilete em forma de cunha. As placas de argila com inscrições, depois de cozidas no forno, chegaram a preencher bibliotecas.

Quanto aos metais, sabemos que os romanos escreveram no bronze os seus tratados de paz e a famosa Lei das Doze Tábuas. O chumbo, o ouro e a prata também serviram excepcional-

mente para a escrita, apenas preservados como placas de monumentos e em ocasiões comemorativas.

A madeira teve utilidade desde tempos muito antigos para os egípcios, que nela imortalizaram as leis de Sólon e de Dracon. As tabuinhas de madeira, de uso corrente para gregos e romanos, em correspondência, contas, estudos, reciclavam-se facilmente ao raspar-se a cera para dar de novo lugar à escrita, praticada com um estilete.

Os chineses serviram-se igualmente de elementos duros como a madeira mas, no fim do século III a. C., começaram a explorar a seda, também muito usada na Pérsia. É aliás na China, no século II a. C, que será inventada a pasta de papel, obtida na cozedura de trapos, cascas e restos vegetais que só muito mais tarde, por intermédio dos árabes, se estende para fora da China para, finalmente, chegar à Europa.

O papiro, planta produzida no vale do Nilo, constitui o suporte mais enraizado na Antiguidade. O seu triunfo no Egipto (III milénio a. C.), à época conquistado por Alexandre, é notório pela importância material e intelectual da biblioteca de Alexandria, cujos livros provinham desta planta. Difundiu-se depois na Grécia e em Roma. Era um material muito

Cena de um túmulo tebano

Fragmento de pedra tumular, China, dinastia Han

prático que, com tratamento, ficava com a face macia e recebia bem a tinta. Os egípcios produziam rolos bastante compridos a partir do papiro, cobertos com os célebres hieróglifos, organizados em colunas. Chegaram até nós exemplares destes rolos através das múmias, devido ao ritual praticado no Egipto faraónico em que textos sagrados acompanhavam os defuntos nos túmulos, em forma de livro ilustrado conhecido como *Livro dos Mortos*. O Museu do Louvre possui um papiro que data de 273 a. C., escrito em hieróglifos.

A etimologia da expressão "livro" revela a importância que este material teve na sua fabricação. Tanto a expressão latina *liber* como o termo grego *biblion* (provém de *biblos*, que deu Bíblia) referem-se à planta papiro. Na verdade, os suportes provenientes do reino vegetal foram os mais duradouros em termos de utilização; note-se que o papiro foi apenas abandonado a partir do século X d. C., por ser uma matéria facilmente deteriorável e escassa, além de as guerras terem dificultado a sua importação.

Data de 500 a. C. o começo do uso do pergaminho, matéria-prima fabricada a partir de peles de animais. Conta Plínio que Ptolomeu Epifânio II, o soberano de Pérgamo (na Ásia Menor), proibiu a exportação do papiro na tentativa de boicotar a biblioteca desta cidade, que rivalizava com a de Alexandria, ao que os habi-

tantes da cidade de Pérgamo resistiram desenvolvendo a confecção do pergaminho. Com o tratamento apurado das peles de animais, em particular de carneiro, de cabra ou de vaca, este material tinha a vantagem de poder ser escrito em ambos os lados e de possuir uma consistência mais sólida e resistente, permitindo assim não só o fabrico de rolos, mas também de folhas individuais que eram costuradas na margem inferior.

O papiro durou muito tempo e é o antecessor dos nossos livros em papel.

O pergaminho revelava-se, contudo, um material escasso e de preço elevado, o que originou o fenómeno dos palimpsestos, manuscritos em que o texto primitivo era raspado, a fim de servir novamente para a escrita. Devido a esta prática, intensificada nos conventos medievais, foram apagados textos pagãos no intuito de se escreverem textos religiosos e vice-versa. Com recursos mo-dernos, é possível ler o texto primitivo, o que se torna uma preciosa fonte documental.

Formas do livro

Na evolução das formas do livro existem transformações importantes a assinalar. Inicialmente os livros tinham a forma de rolos (*volumen* em latim, que deu o termo volume, e *kylindros* em grego) compostos por dez a vinte folhas de papiro coladas costas com costas e enroladas

em bastões de madeira ou de marfim (*umbilicus*), que podiam atingir uma dezena de metros. Em alguns volumes eram aplicados botões (*cornua*) nas extremidades, como ornamento, que continham esporadicamente o nome do autor ou o título do livro. Nas bibliotecas ou livrarias os rolos eram colocados na horizontal, em pequenos cilindros fixados à parede.

Em Roma, sob o reino do imperador Augusto, produz-se uma grande mudança da forma do livro, embora esta e a anterior forma tenham coexistido durante dois ou três séculos. Referimo-nos à passagem do volume ao *codex*, designação de um livro de forma rectangular, composto por tábuas de madeira, unidas pelo mesmo lado, já com um aspecto relativamente próximo das encadernações modernas. Este formato permitia mais acessibilidade de realização uma vez que economizava espaço, contendo texto na frente e no verso. No entanto, eram ainda livros de grande formato, *in folio*, do tamanho da folha. Um dos códices assinalável é o *Códice de Leninegrado*, o texto mais antigo e fidedigno do *Antigo Testamento*, que data de 1008. O uso dos códices generalizou-se com a difusão do cristianismo, entre os séculos II e IV, sendo o formato de muitos livros religiosos.

Nesta altura começa a ganhar contornos uma organização que orienta a leitura do livro, que significa o princípio da fixação de formas e usos que herdámos, no que diz respeito à configuração dos textos: questões como a numeração, divisão em capítulos, títulos, índices.

O título, por exemplo, geralmente colocado no fim do texto nos rolos, passa a encabeçar a obra. Estas mudanças, que tendem a uma maior estruturação do livro, alteram o modo de leitura que dir-se-ia mais autónomo e livre anterior-

Páginas do Códice Maia

mente, mas mais próximo da intenção da obra desde então. Serão mais tarde acompanhadas de uma intensa actividade em diversos domínios, levada a cabo pelos romanos: o comércio com a criação de livrarias nas grandes cidades do Império, a constituição de colecções privadas e a criação de bibliotecas públicas.

Instrumentos de escrita

O instrumento de escrita diferia conforme a matéria empregue. Os caldeus usavam uma espécie de cinzel para gravar as suas placas de argila, os romanos o *graphium* ou *stylos* nas tábuas enceradas e, mais tarde, para escrever no papiro ou pergaminho, serviam-se de uma pequena cana (*calamus* ou *arundo*). A cana durou até aos séculos VI e VII, altura em que foi substituída por penas de aves, sobretudo a pena de pato, antepassado do nossos aparos. O pincel (*penicillum*), para os gregos e romanos, era o utensílio de luxo que permitia traçar letras de ouro, embora para os egípcios e chineses fosse requerido para todo o tipo de trabalhos.

A tinta é um dos materiais mais substanciais de escrita. A de uso mais corrente era composta por fumo, água e goma, de cor enegrecida,

sendo ainda uma tinta pouco fiável, pois amarelecia com o tempo e corria o risco de desaparecer na exposição à humidade.

Quanto ao trabalho dos copistas, na *Histoire du Livre* de Bruno Blasselle (Gallimard), é referida a existência abundante de representações de escribas na civilização egípcia, o que não acontece em Atenas e Roma, onde o trabalho de copista era reservado aos escravos.

As bibliotecas antigas

No completo estudo *A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca de Wilson Martins e outros* (Ática, São Paulo, 2001) são descritas as bibliotecas medievais como prolongamentos das bibliotecas antigas, em que a concepção de biblioteca da altura se afasta, obviamente, em grande escala da actual ideia de propagação da leitura. Dizem estes autores que as bibliotecas antigas seriam uma espécie de depósito de livros, mais para os esconder do que para os tornar públicos, sendo, portanto, lugares extremamente selectos e exclusivistas.

As práticas de leitura têm um percurso histórico em que a própria ideia de leitor só aparece enquanto noção moderna, devido em parte a o processo de instrução e sua democratização ter sido muito lento, como se depreende pelo caminho que nos falta percorrer no que respeita à leitura.

Para os antigos povos do Oriente, os assírios e os egípcios por exemplo, a noção de biblioteca confundia-se com a de arquivo, sendo os livros de acesso reservado. A tónica dominante do espólio bibliográfico era da ordem da religião. Nesse aspecto, as bibliotecas de Pérgamo e de Alexandria deram passos inovadores, conservando textos profanos e outras fontes de pensamento, ainda que sendo instituições oficiais e, como tal, dependentes do soberano e dos dinheiros públicos.

As mais importantes bibliotecas da Antiguidade foram as do Egipto. Invoque-se a biblioteca de Tebas, que tinha uma inscrição na entrada a apelar para a terapia dos livros — O Tesouro dos Remédios da Alma —, e a de Mênfis. Incontornável é sem dúvida a biblioteca de Alexandria, fundada em 284, onde se diz terem existido mais de setecentos mil volumes, embora esta contabilidade entenda alguns volumes como divisões de uma mesma obra. Alexandria ficou célebre sobretudo devido à perda de um tal tesouro do conhecimento antigo, irremediavelmente perdido por incêndios históricos, e mais tarde ultimada a sua destruição por motivos religiosos, que fez desaparecer manuscritos únicos. A biblioteca de Pérgamo também chegou a contar duzentos mil volumes que, tendo sido doados à biblioteca de Alexandria, desapareceram juntamente com ela. Das bibliotecas da Mesopotâmia, a de Nínive é a mais conhecida e a mais antiga.

Na Grécia, constata-se uma certa ausência de bibliotecas, paradoxalmente ao entusiasmo do povo letrado grego. Talvez os motivos desta insuficiência, sugere Wilson Martins, se prendam com o facto de a maior parte das bibliotecas gregas pertencerem a particulares e com o carácter de tradição oral e de discussão de ideias da literatura grega. Excepção a essa constatação é a primeira biblioteca, estabelecida por Pisístrato (571-561 a. C.) em Atenas, que reunia as obras de Homero e de outros rapsodos; ainda em Atenas, a primeira biblioteca pública data de 330 a. C.

Com os romanos, o livro passou da categoria sagrada para a categoria profana, de intocável para veículo por excelência de ideias e empreendimentos. O desejo de instalar uma biblioteca pública veio precisamente de Júlio César e foi realizado posteriormente por Asínio Polónio em 39 d. C. A mais célebre biblioteca romana

Fragmento do Livro de Isaías, manuscrito do Mar Morto

foi a Ulpiana, fundada por Trajano. O livro torna-se em Roma um objecto familiar a partir do século I, como mostram os frescos de Pompeia, nos quais se percebe a existência de um público culto e frequentador de bibliotecas. Uma particularidade é que, mesmo sendo solitária, a leitura praticava-se em voz alta.

Apesar de em Roma os editores se encarregarem de difundir no Império as obras literárias gregas e latinas, o que ficou para a posteridade é apenas uma amostra da produção desses tempos. Houve perdas irremediáveis. Por exemplo, Sófocles escreveu 123 tragédias, das quais apenas conhecemos sete. Parece que o destino das grandes bibliotecas estará sempre proporcionalmente ligado a fatídicos desaparecimentos. Terão existido obras reveladoras, de um saber primordial inigualável, que nos ensinariam tanto como a *Odisseia* ou outro qualquer património intemporal, que nunca iremos conhecer. Mas como escreve Artur Anselmo, lembrando um pensamento de Blanchot, o livro "não é apenas a presença multiforme e secular do saber acumulado: o livro é o livro, sua condição e seu limite, sua presença e sua ausência".
(História da Edição em Portugal)

continua

os caminhos do livro

parte 02

idade média

texto de Marta Lança

O poder da Igreja

O livro continua o seu curso pela história, espelhando importantes travessias nas condições de difusão, conservação e fidelidade à palavra escrita. Como observámos na parte anterior, e para nos situarmos agora na Idade Média, uma grande inovação quanto à forma foi a passagem, no século V e em pleno Império Romano, do rolo ao *codex*. Este modelo é o mais próximo dos livros actuais, composto por folhas dobradas em cadernos e cosidas no conjunto, permitindo uma leitura selectiva do texto. É nesse formato que os livros serão concebidos desde então.

A escrita e o livro foram mantidos pela mão da religião, entre os séculos VI e VIII, a par do grande movimento de fundação de mosteiros que conjugavam os papéis de albergues da vida espiritual, centros de produção económica e conservatórios da cultura, a que se deve a salvação de muitos textos antigos. Neles se desenvolveu a salmodia, leitura praticada em voz alta obedecendo a um ritmo próprio. No século IX visa-se a unificação da liturgia, e o ensino consolida-se sob a égide da Igreja. Os centros de produção do livro designam-se *scriptoria*, do latim *scribere*, e são oficinas de copistas que têm lugar em mosteiros e catedrais, uma vez que apenas os monges e os clérigos detêm a leitura e a escrita, em latim, cultivando os estudos escriturais, a vida dos santos e os estudos da Regra. Desta feita, são copiados essencialmente manuscritos litúrgicos para celebração do ofício divino, os sacramentos e os Evangeliários (que contêm o texto dos Evangelhos lidos na missa). A Bíblia é o livro por excelência, e é hábito recitarem-se passagens de cor. Os livros são, por vezes, sumptuosamente escritos em letras de ouro sobre pergaminho tingido de púrpura, dignos da palavra de Deus.

Nos séculos XI-XII, a par do pleno desenvolvimento da arte romana, reflecte-se na ela-

boração dos manuscritos e na utilização das cores essa procura de monumentalidade das igrejas romanas. Alguns manuscritos exibem semelhantes elementos decorativos, folhagens, entrelaçados e motivos vegetais estilizados. Os manuscritos viajam, numa espécie de peregrinação, cabendo às ordens monásticas o papel de rede de livros que são emprestados, recopiados, perdidos entre abadias e mosteiros de uma mesma Ordem. É o carácter híbrido de centro de reflexão intelectual-religiosa e centro de produção do livro que confere identidade aos poderes religiosos desta época. Depois da queda do Império Romano, a civilização bizantina assiste ao aparecimento de ricas bibliotecas e ao desenvolvimento da arte da miniatura que influenciará a iluminura ocidental.

Ordem escolástica

A partir do fim do século XII, o desenvolvimento urbano agita as condições de produção e difusão do livro, nomeadamente com a multiplicação de escolas. Em França, o poder real centraliza-se em Paris e é fundada a Universidade em 1215, facto que rapidamente atrai mestres e estudantes e alarga a necessidade de

livros, favorecendo a instalação de algumas oficinas laicas onde pessoas letradas copiam para o ensino, nomeadamente, textos de Aristóteles, comentários exegéticos e textos jurídicos. De facto, o progresso da burguesia ligado à expansão das cidades suscita novos interessados no livro, desde juristas, comerciantes, universitários, em suma, um público laico cujos interesses passam por outros conteúdos como os romances de cavalaria, as obras históricas, o teatro. Mas são ainda os livros religiosos que dominam a produção na Idade Média repare-se no sucesso dos Livros de Horas, que apresentam recolhas de orações dedicadas a várias horas do dia.

O aparecimento das escolas e universidades faz suceder a um modelo monástico um modelo escolástico, operando algumas mudanças estruturais quanto ao lugar de produção do livro. Mas igualmente em relação à própria leitura, cujo método, afirma Chartier, "deixa de ser participação no mistério da Palavra e passa a decifração regulamentada e hierarquizada da letra (*littera*), do sentido (*sensus*) e da doutrina (*sententia*)" (***Histoires de la lecture. Un bilan de recherches***, Paris: IMEC, 1995, pp. 271-283), correspondendo, portanto, a um trabalho intelectual e privado.

O nosso conhecimento sobre o mundo medieval é tributário das edições modernas e

AR
GVMEN
TVM

Murcea Ignauiæ et Inertiæ: Agenoria uero Diligentiæ atque Negocij præsides Deæ, Romanis olim cultæ: Sed et omnium mortalium vitam pro cuiusque studijs distinguentes. huic Apologo materiam prebet: quo Inertia Fraus Hypocrisisque taxantur,
Labor uero Virtus et Ars extolluntur, et Iouis decreto rerum mutatio portenditur.

AGENORIA

INER
tiam natu inter filias minorem, fatuã alioquin atque instrenuam fœminam, Sed cui blanda species atque allectrix esset. Labori commum gentium Deo, Orcus pater vxorem dedit. Ingentes ut est locuples deus dotis nomine diuitias pollicens, si ex ea liberos gi-

apenas corresponde parcialmente à realidade dos livros contidos nas bibliotecas medievais. Escasseiam fontes seguras e cópias de alguns textos históricos, por exemplo a célebre *Chanson de Roland* é apenas conservada por alguns manuscritos.

Objecto de poder e de prestígio, o livro medieval aliava-se a um elevado estatuto e atributo da força imperial e real. Assim, os aristocratas, por essa altura, possuem grandes bibliotecas privadas, onde figuravam já obras em línguas vernáculas. Surgem assim as primeiras colecções de bibliofilia, em que os livros significam simultaneamente uma fonte de conhecimento e objectos de prestígio para quem os possui e os manda decorar com armas e emblemas, havendo copistas e iluminadores a trabalhar para determinadas elites. No século XIV, o rei Carlos V impulsiona muitas traduções e funda em Paris a "Librairie", a Biblioteca Real (hoje Biblioteca Nacional), com perto de um milhar de volumes.

A cópia dos manuscritos

Cada manuscrito (*manu scriptus*) é único, o copista mais atento não estava livre de erros de leitura ou de distracções no seu trabalho de cópia, achando-se, não raro, no direito de acrescentar notas e corrigir erros do original. Neste sentido, cada manuscrito constitui um texto diferente, embora houvesse uma tentativa da parte do autor medieval para manter a regularidade na difusão de obras, estabelecendo um exemplar canónico para ser copiado. Assim se justifica a necessidade de estabelecer uma edição moderna de textos medievais e de escolher, a partir de um *stemma* dos manuscritos mais importantes, a versão aproximada e correcta do texto original.

A evolução no trabalho do copista passou por aumentar o tamanho das letras iniciais que são coloridas e enfeitadas nas extremidades, ornamentar as margens das páginas e introduzir a iluminura. Os livros de luxo são, assim, objecto de aperfeiçoamentos técnicos e artísticos que se generalizam pouco a pouco, mas os manuscritos com iluminuras representam uma parte não substancial da produção. Para responder à grande procura de obras, põe-se em prática o sistema de escrever à peça, em que alguns livros são divididos em cadernos e entregues a vários copistas pagos em função da quantidade de trabalho.

Até à introdução do papel na Europa, os manuscritos de pergaminho serão objecto de todos os cuidados. Como os materiais eram raros e dispendiosos, eram usadas abreviações e raspava-se o texto inicial para se escrever um segundo por cima, processo que originou os famosos palimpsestos. O custo do trabalho do copista e do pergaminho reserva ainda o uso do livro a

uma elite culta e rica. Com a generalização do emprego do manuscrito sobre papel, gradualmente, será permitido responder ao crescimento da procura de livros por consequência do progresso social e económico da burguesia. Esta mudança decisiva acompanha um renascimento geral da cultura e precede a revolução que significaria a descoberta da imprensa.

Manuscritos portugueses

Os principais focos de irradiação cultural monástica na época medieval em Portugal eram, segundo Artur Anselmo, os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, São Mamede de Lorvão e Santa Maria de Alcobaça, tendo este último o maior *scriptorium* português. Os monges repartiam o tempo entre as tarefas do culto e os trabalhos manuais, em que "tradutores, copistas, calígrafos, decoradores e iluminadores se dedicavam a trasladar, copiar, decorar ou iluminar textos sagrados e profanos" (***História da Edição em Portuga***l, Lello, p. 23). Os primeiros textos escritos em português aparecem no fim do século XII e são de natureza jurídico-prática (sendo o texto mais antigo a *Notícia de Torto*). A literatura surge no século XIII. A título de exemplo, enumeram-se alguns manuscritos medievais da literatura portuguesa: o ***Cancioneiro da Ajuda*** (organizado por ordem de D. Afonso III por volta de 1275); o ***Cancioneiro da Biblioteca Nacional***; a ***Demanda do Graal***; a ***Lenda de Barlaão e Josafá***; ***Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra***; ***Crónica Geral de Espanha*** de 1344; ***Leal Conselheiro; Livro da Ensinança de Bem Cavalgar*** de D. Duarte.

A revolução da imprensa — Os "incunábulos"

A marca de uma significativa mudança na história do livro e na comunicação humana dá-se

Aue maria
grã plena
dominus
tecũ bene
dicta tu in mulierib⁹
et benedictus fruct⁹
uentris tui: ihesus
christus amen.

Gloria laudis resonet in ore
omniũ Patri genitoq; proli
spiritui sancto pariter Resul
tet laude perhenni Labori-
bus dei vendunt nobis om-
nia bona. laus: honor: virtus
potẽtia: 7 gratiarũ actio tibi
christe. Amen.

Uiue deũ sic 7 vinces per secula cun-
cta. Prouidet 7 tribuit deus omnia
nobis. Proficit absque deo null⁹ in
orbe labor. Illa placet tell⁹ in qua
res parua beatũ. Me facit 7 tenues
luxuriantur opes.

Si fortuna volet fies de rhetore consul.
Si volet hec eadem fies de cõsule rhetor.
Quicquid amor iussit nõ est cõtẽdere tutũ
Regnat et in dominos ius habet ille suos
Uita data ẽ vtẽda data ẽ sine fenere nobis.
Mutua: nec certa persoluenda die.

Usus 7 ars docuit quod sapit omnis homo
Ars animos frangit 7 firmas dirimit vrbes
Arte cadunt turres arte leuatur onus
Artibus ingenijs quesita est gloria multis
Principijs obsta sero medicina paratur
Cum mala per longas conualuere moras
Sed propera nec te venturas differ in horas
Qui non est hodie cras minus aptus erit.

Non bene pro toto libertas venditur auro
Hoc celeste bo... um preterit orbis opes
Precunctis animi est bonis veneranda libertas
Seruitus semper cunctis quoque despicienda
Summa petit liuor perflant altissima venti
Summa petunt dextra fulmin... missa iouis
In loca nonnunquam siccis arentia glebis
De prope currenti flumine manat aqua

por volta de 1440, como é sabido, quando Gutenberg e os seus associados descobrem o processo de impressão, ou seja, a invenção dos caracteres móveis moldados em linha. A imprensa propaga-se lentamente e facilita a difusão dos conhecimentos. No entanto, não assinala o fim dos manuscritos que permanecerão em uso até meados do século XVI, continuando a ser copiados sobretudo para os grandes príncipes. Os primeiros livros impressos (sobre pergaminho e com iluminuras), entre 1450 e 1500, baptizados de "incunábulos", parecem confundir-se com os manuscritos, e os impressores, longe de inovar, preocupavam-se em fazer uma perfeita imitação. Entre os mais belos incunábulos encontra-se a ***Bíblia de 42 linhas*** de Gutenberg (1455), que corresponderia a uma espécie de declaração de intenções, demonstrando a possibilidade de realizar, em série e com menos custos, livros exactamente semelhantes aos manuscritos caligrafados. As novas obras rivalizam assim, em termos estéticos, com os manuscritos, sendo enriquecidas com imagens impressas no próprio texto. No entanto, há uma conotação simbólica inferior, pois são cópias e não o "livro" por excelência.

A evolução alcança também a arte da encadernação e dos caracteres tipográficos. A tendência para a escrita de minúsculas entre os séculos IV e VIII originará depois três tipos de letra: tipo romântico direito em Itália, tipo gótico na Alemanha, tipo itálico inclinado, criado por Aldo Manúcio em Veneza.

O olhar do século XIX para este fenómeno é problematizado na clássica referência à passagem do romance ***Nôtre-Dame de Paris*** de Victor Hugo, em que o arcediago aponta para o livro impresso, olha para a igreja e profere a célebre frase: *ceci tuera cela.* Esta expressão integra um duplo sentido explicado pelo próprio autor: mostra o receio e o espanto do sacerdó-

Unuz. Quid? Casus tm̄. Quot casus
Duo. Qui? Acūs 7 ablatiuus. Da ppo-
sitiones acti casus: ut ad. apud. ante.
aduersum. cis. cetra. circū. circa. cōtra.
erga. extra. inter. intra. infra. iuxta. ob
pone. per. ppe. pter. scdm. post. trans.
ultra. preter. supra. circiter. usqz. secus.

cio perante a emancipação da humanidade que a imprensa traria, o que preconizava a perda da autoridade da Igreja, ou seja, a ideia de que uma instituição é ameaçada por saberes alternativos. Num outro sentido, um livro de determinado tipo mataria um livro de outro tipo, em "que o livro de pedra, tão sólido e duradouro, ia ceder o lugar ao livro de papel, ainda mais sólido e igualmente duradouro". Por outras palavras, representava o pressentimento de que a imprensa destronaria a arquitectura enquanto grande livro da humanidade e arte de memória, de que a mobilidade do impresso permitiria ter uma acção mais poderosa do que a fixidez da arquitectura. Apesar da perspectiva que ilustra essas épocas em confronto, Victor Hugo glorifica a invenção da imprensa.

Muitos estudiosos entendem que este acontecimento foi uma inquestionável revolução na História do Livro. Lucien Febre e Henri-Jean Martin identificam a imprensa com o aparecimento do próprio livro, que começaria a "sua carreira em meados do século XV" (*L'Apparition*

LIBER. FRATRIS. ALBERTI. DE. ORDINE.
PREDICATORVM. D. E. LAVDE. BEATAE
VIRGINIS. PROLOGVS. INCIPIT. FELICIT
CLARA. EST. QVAE
nunquam marcescit sapi
entia. et facile uidetur
ab his qui diligunt eam
inuenetur ab his qui que
runt eam. preoccupat q
se concupiscunt. ut illis
se prius ostendat. Qui
de luce uigilauerit ad
eam non laborabit. assidentem enim illam foribus
suis inueniet. Cogitare ergo de illa est sensus con
summatus. et qui uigilauerit pp̄ter illam cito secur'
erit. quoniam dignos se ipsa circuit querens. et in
uiis suis ostendit se illis hylariter et omni prouidē
tia occurrit illis. Item scriptum est. Qui edunt me
adhuc esurient. et qui bibunt me adhuc sitient. q
audit me non confundetur et qui operantur in me
non peccabunt. qui elucidant me uitam eternam ha
bebunt. Huius igitur largissime sponsionis subnixus
fiducia. fiducialiter mitto manus in opus. alias cer
te super meum ingeniolum et scientiolam meam me
numum eleuarem. scio autem quod non est abreuia
ta manus domini. sed adhuc omnia possibilia sunt

du livre, p. 12), assim como McMurtrie afirma que a descoberta teve uma importância imensa na cultura humana (***O Livro***, Gulbenkian, 1982, p. 159). Mas outros têm repensado os limites dessa hiperbolização do advento da imprensa, observando uma decisiva diferença, mas apresentando reservas quanto ao seu estatuto revolucionário. Roger Chartier argumenta a favor dessa reavaliação, pois não identifica nas estruturas essenciais uma grande mudança: "pelo menos até 1530, o livro impresso continua em grande parte dependente do manuscrito: imita a sua paginação, a escrita, a sua aparência" (*op. cit.*, p. 272). O livro, enquanto objecto, dá continuidade a uma estrutura formada por cadernos ligados. "A imprensa não cria assim um objecto novo, não implica novos gestos, não altera as posturas da relação com o escrito." (Chartier, ***Histoires du livre. Nouvelles orientations***. IMEC, p. 29)

No entanto, há um notório reconhecimento da revolução técnica que a imprensa viria a significar, nomeadamente no que representa na nossa cultura recente, por necessidade de aceleramento dos meios de produção e de quantidade. Todavia, podemos acordar que o livro em si não foi, nesta altura, revolucionado enquanto objecto, mas apenas utilizou métodos mais poderosos para fazer o mesmo (a imprensa tipográfica, obviamente, faz inúmeras vezes mais depressa o trabalho do homem). A grande mudança opera-se quanto ao modo de produção: altera-se o estatuto de quem o faz, passa a estar do lado do *savoir-faire* e não apenas do *savoir*, ou seja, quem domina a técnica de elaboração do livro são os artífices de ourivesaria e não os clérigos e letrados. Corresponde também a um alargamento de público e mudança de hábitos intelectuais, de acordo com a sua produção em série: o acesso aos livros é facilitado mas está longe ainda de significar uma democratização da leitura, pois existe uma apropriação da parte das elites de leitura que irão dominar este instrumento de poder. O circuito do livro, anteriormente à instituição de uma iniciativa empresarial, continua absolutamente

fechado, dentro dos parâmetros de quem encomenda e quem faz.

Nas tipografias, a base de trabalho residia na forma como se faziam as linhas para compor uma página. Em Portugal, salientaram-se três tipos de contribuições ou tipos de trabalho tipográfico: a comunidade judaico-hebraica, a influência da fronteira e os impressores da Alemanha. Entre os primeiros livros impressos em Portugal encontra-se o ***Tratado de Confissom***, datado de 1489. Na generalidade, produzem-se livros com um sentido pragmático, não correspondendo a grandes "tesouros", mas sim a livros úteis. Algumas categorias dos incunábulos portugueses passavam por livros religiosos, livros para aprender a língua, algumas narrativas e livros necessários à administração. Os livros mais valiosos eram, sem dúvida, os que possuíam gravuras, sendo esta uma marca do tipógrafo, pois implicava um trabalho que diferenciasse esse mesmo livro.

continua

história

OS CAMINHOS DO LIVRO

parte III

A IDADE MODERNA

texto de Marta Lança

MR. WILLIAM SHAKESPEARES
COMEDIES, HISTORIES, & TRAGEDIES.

Publifhed according to the True Originall Copies.

LONDON

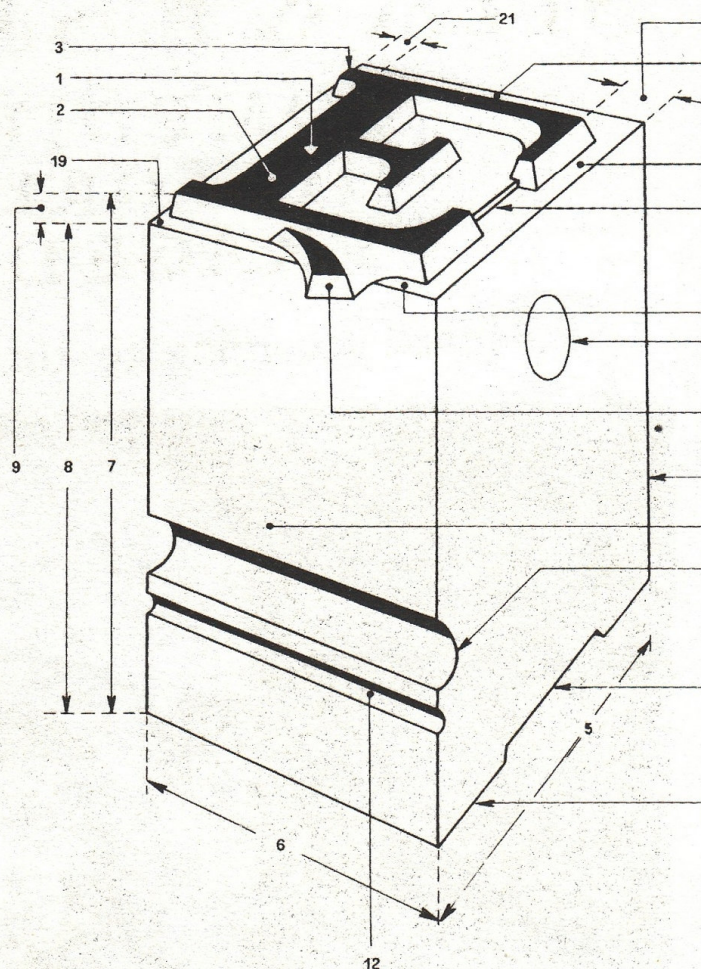
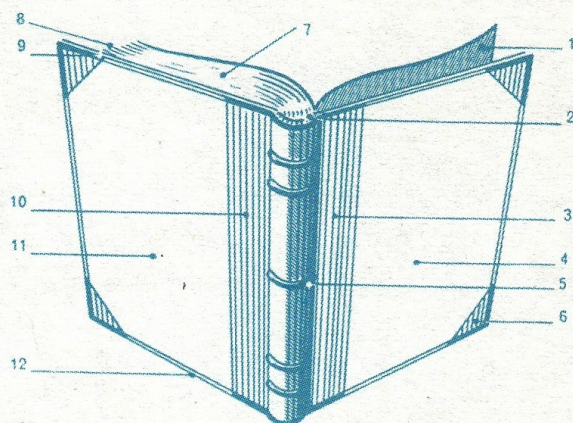
Printed by Ifaac Iaggard, and Ed. Blount. 1623.

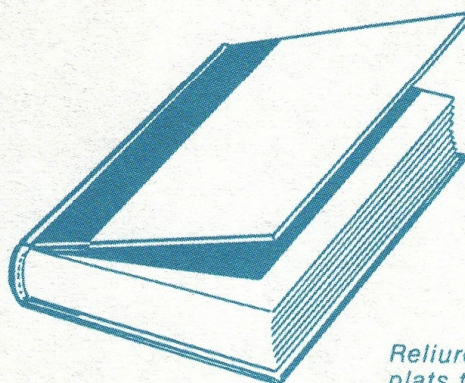
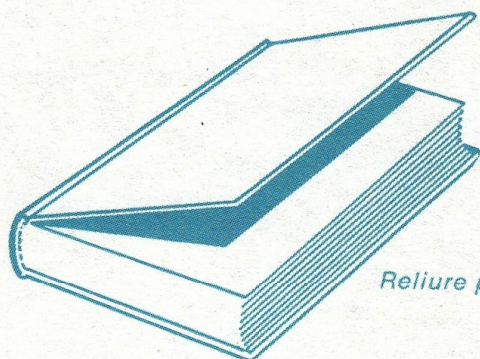
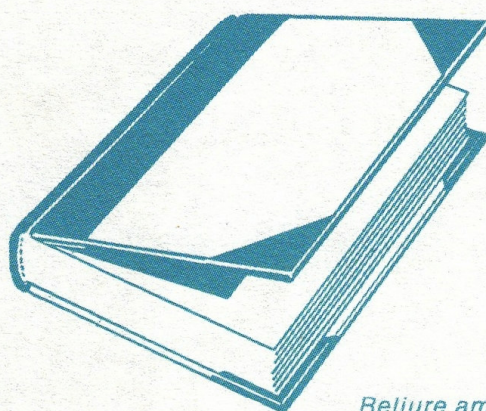
O livro encontra-se no centro da vida religiosa e cultural quando se inaugura a Idade Moderna. Entre os séculos XVI e XVIII, este meio de comunicação cresce na desenvoltura com que é feito e recebido, criando um mercado próprio, firmando o seu estatuto na oferta de uma cada vez maior diversidade.

A construção de um mercado

É na esteira do humanismo, enquanto movimento cultural de interesse focalizado na Antiguidade Clássica, que curiosos procuram nas bibliotecas textos antigos e se estreitam contactos entre impressores — que chegavam a corrigir edições erróneas dos copistas medievais — e intelectuais. Destaca-se o nome do célebre impressor humanista Aldo Manuzio que, em Veneza, se direcciona para a impressão, em língua original, de livros clássicos, nomeadamente de autores gregos. Este impressor combina uma preocupação estética, apurando a tipologia e esmerando-se nas encadernações, com interesses pragmáticos, ao editar pequenas colecções de clássicos com encadernação em cartão e livros de bolso para uso corrente.

O mercado do livro entra em expansão, tanto em número de produção, como no que respeita à circulação. A produção de livros ultrapassa a ideia da encomenda, percebendo-se no livro o seu grande potencial enquanto significativo produto de consumo. Aparecem editores próximos do estilo industrial como, por exemplo, o flamengo Christoph Plantin, e, no sentido desta expansão, surgem importantes feiras de livros, primeiro em Frankfurt e, a partir do século XVII, em Leipzig, que dão vigorosos impulsos ao comércio livreiro e da edição.

Vai sendo construído, a par e passo, um meio livreiro com regras específicas e grande ritmo de trabalho, onde já se distinguem os papéis que competem ao impressor e ao livreiro. O número de obras cresce no Renascimento e, na impossibilidade da total liberdade de edição, pelo desenvolvimento da concorrência e da contrafacção, são impostas medidas de controlo, vindo a atribuir-se aos editores a condição de "privilégio". Trata-se de uma autorização para imprimir, concedida pelos poderes públicos, e de um monopólio temporário para a publicação e a difusão de determinado texto.

No século XVII, apesar do estabelecimento do privilégio que proíbe a reprodução, as constrafacções ganham terreno, tendo a vantagem de serem bastante rentáveis, uma vez que não há remuneração para o autor e os custos de impressão são menores. Eram sobretudo os

Livre relié

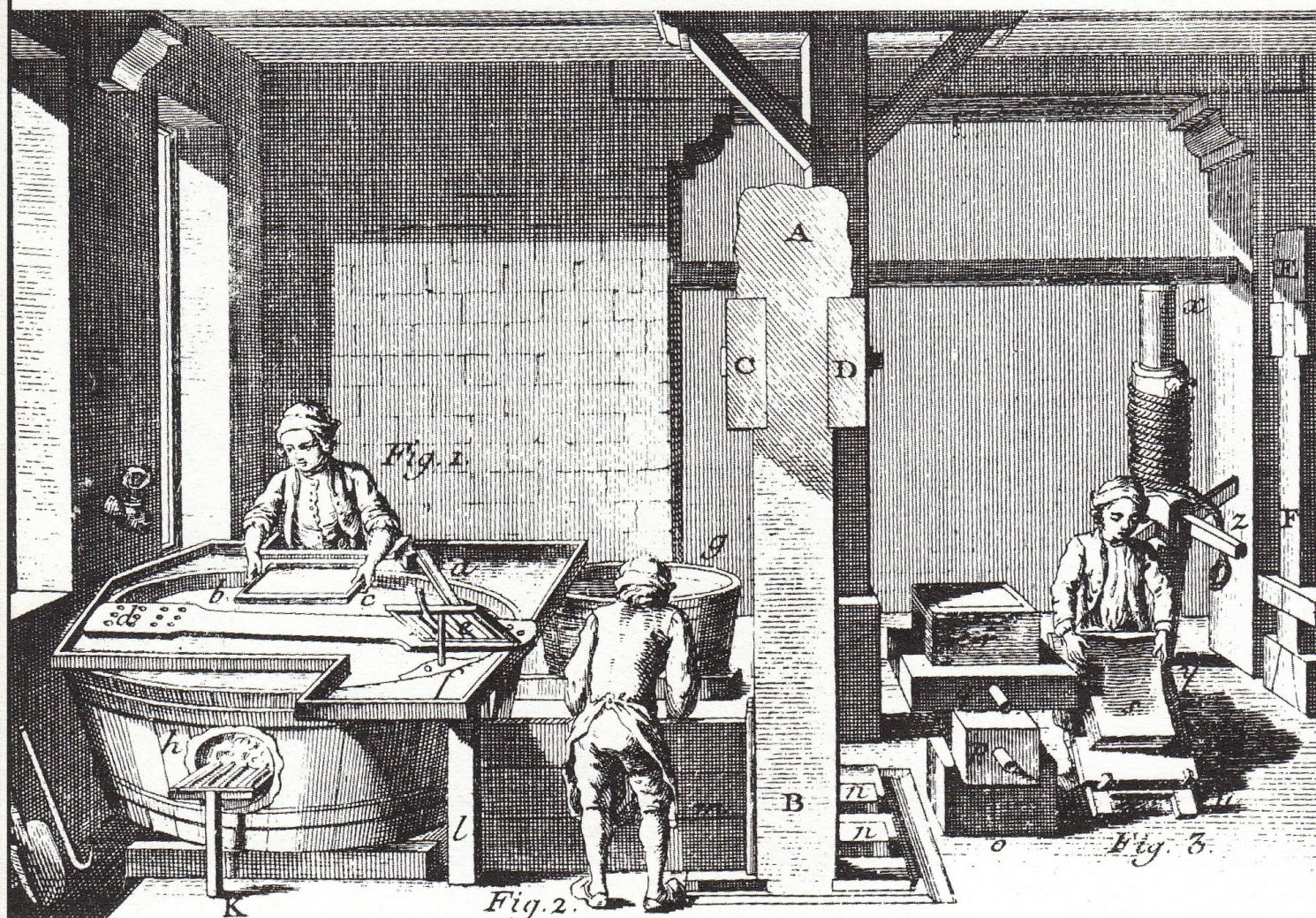
1. Garde
2. Tranchefile
3 et 10. Mors
4 et 11. Plat recto et verso
5. Nerf
6. Coin
7. Tranche supérieure
8. Gouttière
9. Châsse
12. Tranche inférieure

Reliure demi-cuir, plats toile

Reliure pleine toile

Reliure amateur

livreiros da província que a praticavam, pois tinham maior dificuldade em obter o "privilégio". Outra actividade ilícita passava pela publicação de livros proibidos: desde livros que não tivessem obtido "privilégio" a novidades que não escaparam às mãos impiedosas dos censores. Para os imprimir, omitia-se, por exemplo, o nome do autor e inventava-se a morada do livreiro.

No seguimento da necessidade de criação de memória e património da nação, Francisco I institui em França (1537) o depósito legal obrigatório, segundo o qual os impressores franceses devem remeter à Biblioteca Real um exemplar de qualquer livro impresso.

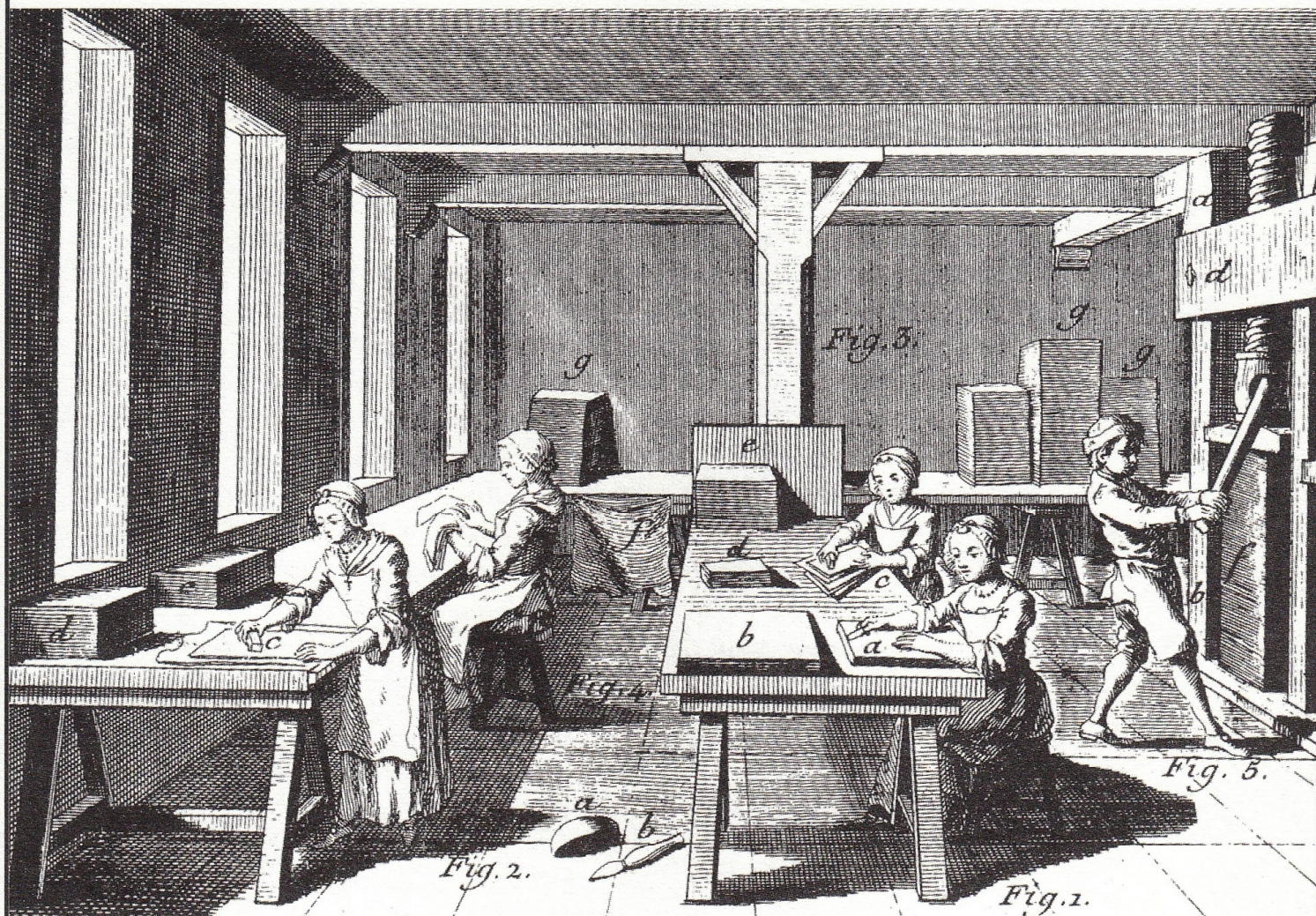
O editor oferece gradualmente ao livro uma maior intervenção, competindo-lhe o trabalho de editar as obras e tratar da sua distribuição, além de adquirir, com o "privilégio", "uma dimensão co-autoral, até na medida em que o livro é sua propriedade" (Maria Augusta Babo, ***A Escrita do Livro***, Vega, 1993, p. 18).

Ao longo do século XVIII, atinge-se uma verdadeira expansão da edição na consolidação de um universo livreiro como mercado. No constatar do aumento da produção geral, urge a implantação de mecanismos que garantam a circulação do livro. Elabora-se uma organização do comércio do livro e da livraria e são tomadas medidas de liberalização que estimulem e regu-

lem a área do livro. É oficializado, por exemplo, um decreto de 1810 que exige um alvará e um juramento para o exercício da profissão de impressor.

Permanecem e inovam-se alguns princípios de confecção do livro que fazem dele um objecto precioso, onde se afirma o talento dos encadernadores e dos ilustradores. É precisamente no século XVIII que se desenvolve a bibliofilia e o gosto pelas grandes colecções, em que a arte do livro prima pela elegância e pelo trabalho meticuloso. Mas joga-se muito com a eficácia dirigida ao mercado, os livros de pequeno formato aumentam e há muitas iniciativas no domínio da tipografia, nomeadamente a criação de novos caracteres pelo impressor inglês John Baskerville e a estética do livro, com os caracteres romanos do italiano Gian Batista Bodoni.

A censura

O progresso da tipografia conferirá ao livro a característica de arma na luta ideológica, apontada segundo interesses vários.

O recurso à impressão de textos desempenhou um papel fundamental, como é sabido, na difusão das ideias de Lutero e dos Reformistas. Estes ideais reformistas circularam sobretudo sob a forma de panfletos e textos curtos, mas conseguiu-se imprimir, segundo a ***Histoire du Livre*** de Bruno Blasselle (volume I, Gallimard,

1997), cerca de 430 edições de traduções da Bíblia feitas por Lutero.

O livro será então alvo de desconfiança por parte da Igreja que, de acordo com a cultura de intolerância religiosa e para evitar a propagação do protestantismo, exerce uma forte vigilância e repressão. Fortalece-se então o controlo aos centros de produção do livro, proíbe-se a venda ou importação de certas obras, a leitura de edições em línguas vernáculas, e os protagonistas de ideias "desviantes" — autores, impressores e livreiros — podem ser perseguidos, presos e até condenados à morte. Apesar de todas as restrições que compõem um panorama de grande adversidade, o livro protestante entrosa na cultura e suscitará posteriormente a reacção católica, enquanto Contra-Reforma, que usa também a imprensa para os seus propósitos. De acordo com o Concílio de Trento (1545--1563) e com a firme doutrina da Igreja na luta contra a heresia, promulgam-se listas de livros proibidos, os *Index librorum prohibitorum*, onde constam versões da Escritura não aprovadas pela Igreja e obras que promovem o ateísmo ou incitam contra a moral. A primeira advertência de que um livro foi visto e aprovado em Portugal data de 1537 e é dirigida às "Obras de Baltazar Dias", começando a divulgar-se posteriormente o *index* de livros defesos.

Roger Chartier defende que a cultura escri-

ta era, de facto, um alvo mais fácil para a censura actuar com os seus mecanismos de controlo, mas acentua que o impresso não concentrava em si toda a noção de ameaça. Numa entrevista de João Luís Lisboa e José Alves, o historiador lembra: "Se pensarmos na inquisição, os processos da inquisição baseavam-se tanto ou mais nas palavras proferidas do que na posse ou na difusão dos textos. Penso que os poderes pretendem controlar o conjunto daquilo que consideram como discursos transgressivos, independentemente da sua forma." (*Actas do congresso "De Guttenberg ao Terceiro Milénio"*, UAL, Lisboa, 2001, p. 33)

É de salientar que a batalha da censura — ainda que o livro não corresponda na realidade ao perigo sugerido, nem tenha o poder subversivo que se imagina — acaba por, consequentemente, chamar a atenção para o proibido pois, ao conceber-se a ameaça, é ela mesma promovida.

Dando continuidade a uma tentativa de rigorosa vigilância, também o absolutismo político intervirá contra livros que lhe desagradam, livros que de alguma forma fossem contra a religião, a moral ou a autoridade vigentes.

A censura enraíza-se, assim, na ideia de que é necessário policiar as actividades tendo em conta a possibilidade de manter uma certa estabilidade. Para isso, cria-se uma estrutura capaz de prevenir, controlando o livro directamente nos lugares de produção, com os seus censores que lêem sistematicamente os manuscritos antes de serem impressos, ou remediar, proibindo a circulação de certos livros. Refira-se que ser censor correspondia, nesta época, a um estatuto social e intelectual prestigiante.

Abertura à diversidade

O livro é já um objecto que se reproduz e repete em série, no começo de uma mecanização que lhe outorga a identidade de objecto de troca, processo que comporta uma certa banalização cada vez mais distante da cultura do livro manuscrito. Assim, há muito material a ser reimpresso como, por exemplo, brochuras e textos não assinados de conteúdos diversos. A impressão abre-se verdadeiramente à diversidade de géneros, e é na descoberta das suas possibilidades que evoluem paralelamente as práticas e os públicos relacionados com o livro.

A par da continuação da predominância dos livros religiosos e interesse pela espiritualidade, há cada vez mais géneros a surgir, nomeadamente nas áreas da política, da educação e da viagem. Os almanaques são muito divulgados; simultaneamente, distraíam e instruíam, e eram, por vezes, acompanhados de profecias. O livro de história com magníficas ilustrações, o livro de ciências, as narrativas de aventuras, a literatura de viagens respondiam à curiosidade por terras distantes de África e do Oriente e à descoberta da alteridade. Liam-se ***As Viagens de Gulliver*** de Swift (1726) e as ***Aventuras de Robinson Crusoe*** de Daniel Defoe (1719)

Os géneros de ficção afirmam-se cada vez mais, com a crescente publicação de autores contemporâneos e o alargamento de leitores. Publica-se teatro de Shakespeare, fábulas de La Fontaine e contos de Perrault baseados em contos orais antigos. Mas é o romance o género que, por excelência, encontra as suas raízes nesta épo-

L'INGENIEVX
DON
QVIXOTE
DE LA MANCHE
COMPOSÉ PAR MICHEL DE CERVANTES.
TRADVIT FIDELLEMENT d'Espagnol en François,
ET
Dedié au ROY
Par CESAR OVDIN, Secretaire Interprete de sa Majesté, és langues Germanique, Italienne, & Espagnole: & Secret. ordinaire de Monseigneur le Prince de Condé.
A PARIS.
Chez IEAN FOVET, ruë sainct Iacques au Rosier.
M. D. C. XIV.
Auec Priuilege du [illegible]

L'HISTOIRE
DE LA BELLE HELAINE
DE CONSTANTINOPLE;
Mère de St. Martin de Tours en Touraine et de St. Brice.

Comme le roi de Constantinople voulut épouser sa propre fille, à cause de sa beauté, et comme elle s'enfuit la nuit.

La reine Elisabeth étant accouchée d'une fille, on l'a baptisa et elle fut nommée Hélaine. Quand elle eut quinze ans, sa mère mourut, et son père étant resté veuf pendant quelque temps, eut la volonté de se marier; mais ne trouvant pas de [illegible] égal en beauté à sa défunte femme, que sa fille, il résolut de l'épouser. Un jour il fut la trouver dans sa chambre et lui déclara sa passion. Hélaine bien surprise d'une telle affaire, lui représenta qu'il trouverait bien une autre femme, sans songer à vouloir ternir son propre sang, lui déclarant qu'elle mourrait plutôt que de commettre un si grand crime.

ca. As novelas sentimentais, publicadas em traduções, conquistam novos leitores com grande vínculo ao público feminino, e eram muitíssimo lidas, tal como os muito em voga romances ingleses. A publicação de ***D. Quixote***, no princípio do século XVII, marca o nascimento do romance moderno, fazendo proliferar a tradição picaresca em vários países. A partir daí, o romance é o género das grandes obras: ***Candide*** de Voltaire, ***La Nouvelle Héloïse*** de Rousseau, ***Werther*** de Goethe. E todos os que se lhes seguiram.

O livro para os enciclopedistas

Em França, os enciclopedistas divulgam ideias que serão retomadas pelos revolucionários de 1789. Uma grande obra de referência do Iluminismo e decisiva para a história das ideias, ao simbolizar a luta pelo conhecimento e pelo progresso, é a ***Encyclopédie*** coordenada por Diderot e d'Alembert (publicada entre 1751-72). Estes autores serão, precisamente, grandes intervenientes nas discussões sobre o papel e o estatuto do livro e suas condições de existência.

CATALOGVS NOVVS.
EX NVNDINIS
VERNALIBVS FRANCOFVRTI
AD MOENVM, ANNO M.D.LXXV. CELE-
bratis. Eorum scilicet librorum, qui hoc semestri partim
omnino noui, partim denuo vel forma, vel loco, a prio-
ribus editionibus diuersi, vel accessione aliqua lo-
cupletiores, in lucem prodierunt, & his
Nundinis venales sunt ex-
positi.

QVIBVS ADIECTI SVNT NON-
NVLLI VETVSTIORES, PRIORIBVS CATALOGIS

Quorum plerique Augustae in aedibus Georgij
Vuilleri venales habentur.

Verzeichnuß fast aller neuwer Bücher/
welche seyther der nechstverschienen Franckfur-
ter Herbstmeß / biß auff diese gegenwertige Fa-
stenmeß in offentlichen truck auß-
gangen.

Getruckt zu Franckfurt am Mayn/
durch Peter Schmidt.
Anno M. D. LXXV.

Nesta enciclopédia, a entrada para a palavra "livro" é muito significativa na construção da sua dupla identidade enquanto mercadoria espiritual e material, pois revela a preocupação dos pensadores do século das Luzes em reconhecerem o valor intelectual do livro e, como lembrou José Afonso Furtado em ***O Que é o Livro?***, "não podendo, no entanto, deixar de se assegurar sem constrangimentos as condições materiais da sua difusão" (p. 22).

Estatuto do autor e do leitor

A ideia e o estatuto do autor permanecem durante muito tempo vagos, começando a haver tensão em relação a esta entidade. De acordo com a criação do mercado livreiro, emerge um autor já consciente do lado económico da produção e da noção de propriedade literária, que é também válida para o editor. Como explica R. Chartier, "a ideia do autor moderno constrói-se [precisamente] sobre a dupla definição de propriedade literária, económica e moral" (entrevista no jornal *Globo,* 27-4-02).

Porém, o desenvolvimento da contrafacção e o sistema de privilégio deixam-no praticamente sem direito sobre grande parte daquilo que se publica ou é reeditado. Não tendo remuneração suficiente, alguns autores viviam na dependência de um mecenas que podia ser o Estado ou um protector, mas a maior parte dedicava-se a outras actividades.

O início de um certo estatuto social dos escritores é simbolizado pela criação da Academia francesa (1635). É também em França que sai uma regulamentação que concede autorizações aos impressores — livreiros ou autores —, limitando a duração de um privilégio, que se pode interpretar como uma primeira oficialização do que viria a ser o "direito do autor".

As tiragens continuam a ser modestas, mas o número de leitores cresce devido ao progresso da alfabetização e às novas "modas" de leitura. A prática de leitura, já solitária e silenciosa, acompanha o processo de acessibilidade ao livro: crescem as bibliotecas, surgem os gabinetes de leitura onde se podem alugar livros, mas também se compram livros de forma mais regular, consolidando o mercado.

A forma de ler muda ajustada à forma como circulam os saberes que passa agora pela neces-

Epochen zu einer Deutung verholfen. Die Baskerville-Antiqua der D. Stempel AG ist eine solche Schrift, die auf die Originalschnitte des berühmten englischen Schrift-
ES IN HERVORRAGENDER WEISE BEREICHERT UND DAMIT DEM AUSDRUCKSWILLEN VERSCHIEDENER E
Viele angelsächsische Schriftformen haben schon den Schriftenbestand des Abendlandes in hervorragender Weise bereichert und damit dem Ausdruckswillen verschiedener Epochen zu einer Deutung verholfen. Die Baskerville-Antiqua der D. Stempel AG ist eine solche Schrift,
ND DES ABENDLANDES IN HERVORRAGENDER WEISE BEREICHERT UND DAMIT DEM
Viele angelsächsische Schriftformen haben schon den Schriftenbestand des Abendlandes in hervorragender Weise bereichert und damit dem Ausdruckswillen verschiedener Epochen zu einer Deutung verholfen. Die Baskerville-
RIFTENBESTAND DES ABENDLANDES IN HERVORRAGENDER WEISE B
Viele angelsächsische Schriftformen haben schon den Schriftenbestand des Abendlandes in hervorragender Weise bereichert und damit dem Ausdruckswillen verschiedener Epochen zu einer Deu-
ON DEN SCHRIFTENBESTAND DES ABENDLANDES IN HE
Viele angelsächsische Schriftformen haben schon den Schriftenbestand des Abendlandes in hervorragender Weise bereichert und damit dem Ausdrucks-
VIELE ANGELSÄCHSISCHE SCHRIFTFO
Viele angelsächsische Schriftformen haben schon den Schriftenbestand des Abendlandes in hervorragend
IFTFORMEN HABEN SCHON DE
schon den Schriftenbestand des Abendlan
VIELE ANGELSÄCHSISCHE
Viele angelsächsische Schriftenfor
VIELE ANGELSÄCHS

sidade de informação como condição essencial de cidadania. Para além da informação nas diversas publicações periódicas e nos dicionários, cresce a importância do papel da imprensa no debate político e intelectual e suas polémicas, fomentando a opinião pública e o espírito de curiosidade pelo mundo, especialmente em Inglaterra, onde em 1702 é criado o primeiro quotidiano, o *Daily Current*. É o início dos jornais especializados.

No entanto, o modo de fabricação e de difusão do livro não mudara estruturalmente nestes três séculos: progride na continuação da herança de Guttenberg. O caminho do livro prossegue adquirindo, antes, um novo lugar na sociedade, conquistando às outras formas de transmissão de conhecimento uma primazia enquanto poderoso meio de comunicação de massas. O livro afirma o seu papel no fim do século XVIII, numa época em que o mundo vive fascínios intelectuais, os leitores começam a constituir um público alargado e alguns progressos técnicos da impressão contribuem para o conduzir à era industrial.

continua

OS CAMINHOS DO LIVRO

PARTE 04

INDÚSTRIA E FUTURO

texto de Marta Lança

A profissionalização do mercado livreiro

O comércio do livro começa a reagir ao estímulo do mercado, que avança a passos largos no século XIX. O livro é já um produto industrial e as tiragens não param de subir. A engrenagem editorial está decisivamente em marcha e evolui no modo de produção e na mecanização das técnicas. Contribuem para esta aceleração a utilização de processos fotomecânicos, a fotogravura e a heliogravura, que tornam possível a reprodução simultânea do texto e da imagem, e a invenção de novas máquinas (imprensa rotativa, linótipo). O livro é, em certa medida, padronizado e simplificado, reduzem-se as ilustrações e vulgariza-se a capa flexível, ainda que persista a capa dura.

A diminuição de qualidade estética de tais transformações suscitou reacções como, por exemplo, a de William Morris, que, no final do século XIX, preconiza o regresso ao estilo medieval e renascentista que terá influência na Alemanha, Bélgica e França. Mas há certamente lugar para talentosos artistas no que toca às artes gráficas, ilustração, gravura, iluminura: o britânico Cobden-Sanderson, o alemão Sattler e os franceses Steinlen e Peignot.

Os progressos técnicos e as exigências culturais do número crescente de leitores conduzem a uma racionalização do comércio do livro, que se torna fenómeno de larga escala. As oficinas de impressão antigas dão lugar à produção maciça, nas quais o papel, a imagem e o jornal triunfam. Vão-se estabelecendo as regras da profissionalização da actividade. O editor distingue-se cada vez mais dos restantes ofícios do livro: controla todas as etapas da publicação, desde a procura do manuscrito à sua difusão, e a sua actividade, bem como a do impressor, separa-se da do livreiro, apesar de haver projectos familiares de tipografia com livraria. A função de editor exige espírito aventureiro e capacidade de investimento, e começam a surgir grandes casas como a Hachette (1826) e a Flammarion (1878).

Os direitos de autor devem ser respeitados e luta-se cada vez mais pela defesa da propriedade literária. Depois de ensaiados vários termos de protecção, foram aprovadas leis a este respeito nos Estados Unidos, em 1790, na França, em 1793, e na Alemanha, em 1839. Na Dinamarca, em 1828, surgem tentativas de elaborar um código internacional, mas só em 1886 a Convenção de Berna aprova um sistema uniforme internacional de *copyright*, no qual se define o termo de protecção após a morte do autor.

Para se sedimentar o ciclo do mercado, o escritor vende os direitos da sua obra, o editor especializa-se e torna-se competitivo, o livreiro reinventa formas de comercialização e o público frequenta livrarias e bibliotecas.

Autores e géneros populares

É sabido que o leitor se transforma e a leitura aumenta conforme a oferta, mas, por sua vez, novos leitores incentivam a produção de novos textos. Se o livro era ainda objecto de minorias privilegiadas até ao período entre guerras, a maioria da população acedia à venda ambulante de novelas sentimentais, almanaques e, sobretudo, jornais. Os editores viam-se obrigados a adoptar as regras da imprensa, publicando livros por fascículos e estimulando a publicidade. Os primeiros romances foram publicados sob a forma de folhetins, dando a conhecer ao grande público autores como Balzac, George Sand e Alexandre Dumas. Na realidade, o folhetim contribuiu bastante para popularizar obras e romancistas, atiçando a curiosidade dos leitores pelo truque do *à suivre;* será de muitas edições de autores populares

>>

como Walter Scott, Dickens, Camilo Castelo Branco que surgirão alguns clássicos da literatura.

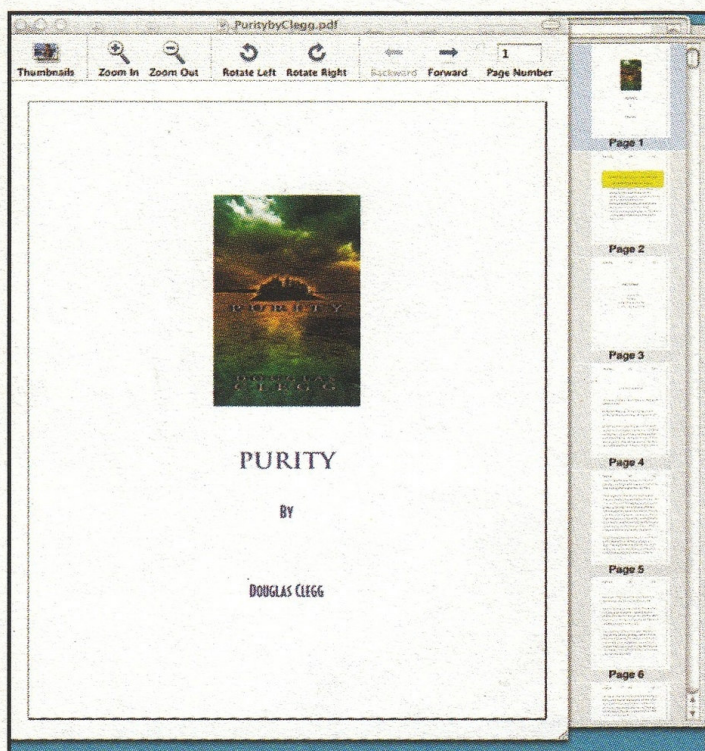
O romance conquista novas classes da sociedade, deixando de ser apanágio do público feminino. Algumas edições conseguem ter grande êxito, é o caso de ***O Corsário***, de Lord Byron, que vendeu dez mil exemplares logo após o seu lançamento, em 1814. Outro autor cujos livros, inspirados no progresso científico, se revelaram um sucesso de vendas foi Júlio Verne.

Na emergência de géneros novos, os editores procuram especializar-se num determinado movimento literário ou género para assegurar público e coerência editorial no catálogo. A poesia, como é sua condição, tem pouca tiragem. Já o livro recreativo revela êxitos como os da condessa de Ségur. A necessidade de livros de educação faz-se sentir devido ao aumento de pessoas escolarizadas e vulgariza-se a publicação de livros de saúde, vida quotidiana e de cozinha devido ao baixo custo de fabrico.

Para eleger um dos géneros editados em Portugal, pensemos no romance histórico, que, na esteira de Michelet e do gosto pela História e pela memória, foi cultivado por autores como Alberto Pimentel, Alexandre Herculano, com o seu ***Eurico, o Presbítero*** (1844), Oliveira Martins, Silva Gaio e Pinheiro Chagas.

O século da cultura de «massas»

O livro consolida a sua expansão na primeira metade do século XX, convivendo sem problemas com o cinema e a rádio, recém-chegados. Numa lógica industrial, de grandes tira-

>>

gens a preços reduzidos, o livro prosseguiu o seu papel de registo de memória depositada em estante de livraria, biblioteca pública ou privada, tendo a sua materialidade evoluído no sentido de cada vez mais pragmatismo e acessibilidade.

O suporte em papel fez suceder à elaboração da polpa do papel com trapos o papel feito de pasta de madeira, que se usa ainda hoje. A sua durabilidade está em desvantagem em relação ao papel de trapos: o tempo de vida das publicações em papel de celulose é de algumas dezenas de anos, enquanto alguns livros manuscritos atravessaram séculos. No entanto, os livros continuam a ser mais perenes do que aqueles que os escrevem e os fazem.

A última mutação do livro está relacionada com o progresso da técnica, mas também com factores políticos, ideológicos, económicos e culturais: trata-se do nascimento e da difusão do «livro de massas», no contexto de uma cultura que deve ser transversal a toda a sociedade. A indústria do livro foi conduzida a um mundo de interesses — uma família gigantesca da qual fazem parte autores, ilustradores, tradutores, editores, distribuidores, agentes literários, críticos, agentes de promoção, livreiros, alfarrabistas, bibliotecários, e também o IVA (5%), o preço fixo (em Portugal desde 1996) e o preço de venda ao público — que procura satisfazer as necessidades dos leitores.

A revolução do livro digital

A publicação de livros e textos literários em formato digital existe há muito, tendo vindo a desenvolver-se cada vez mais; paralelamente nascem ferramentas que permitem o comércio electrónico como, por exemplo, os *e-books*, pequenos computadores com o tamanho de máquinas de calcular cujos ecrãs permitem uma nova forma de leitura.

Tudo parece resultar da imensa produção de informação e da ampliação de registos que se querem alcançáveis da forma mais imediata possível. A Internet facilita a publicação pela sua condição de casa que abriga todo o tipo de gente. Existem muitos autores e editores que, voluntariamente ou por dificuldade de acesso às editoras tradicionais, nela encontram a possibilidade de publicar o seu trabalho. No entanto, não se valoriza nem se vulgarizou assim tanto o livro electrónico; a cultura é ainda reconhecida e tem mais visibilidade sob a forma palpável, levando os autores e os leitores a optar ainda pela via do livro impresso. Porém, as tendências são flutuantes e existem editoras reputadas com oficinas de livro virtual, e algumas revistas de grande circulação passaram ao formato *online*.

De facto, a Internet lançou um novo dado no jogo da indústria editorial: a possibilidade de se ter um livro descarregável a qualquer hora ou em qualquer parte do mundo, acessível a toda a gente, sem depender da sua repro-

>>

iv. Introduction to the Third Edition (2001)

How does one introduce a third edition? In early 1998, I revised Parma Endorion and I never expected to do so again, but I've since found many typographical errors in the essays, and some of the information is now outdated. I've also received many requests for new essays.

The past few years have brought me into contact with several Tolkien projects. I have written essays under contract for Toy Vault's Middle-earth Toys. Since August 1999, I have also written essays for Suite101.com's Tolkien and Middle-earth topic. Some of the earliest Suite101 essays were included in VISUALIZING MIDDLE-EARTH, a book I published in October 2000. I had intended to include some Suite101 essays in Parma Endorion, but time slipped away from me and that is no longer possible for this edition. I hope to publish a sequel to VISUALIZING MIDDLE-EARTH sometime in 2002. And, I don't mind saying, I've had the privilege of performing research for several media companies. At this writing (December 2001), I am participating in an extraordinary Tolkien research project with several other people. I don't believe these opportunities would have opened up for me had I not written Parma Endorion.

Since I first undertook writing these essays, the world of Tolkien fandom has been turned upside down by the Peter Jackson film adaptation of THE LORD OF THE RINGS. Another film project, "Ancanar", has been inspired by THE SILMARILLION. And there have been numerous Hobbit plays staged throughout the world. At the same time, I have found myself consulted by any number of companies on Tolkien and Middle-earth. The attention directed upon J.R.R. Tolkien and his fans over the past few years has been overwhelming. It has also been distracting. This third edition was originally supposed to be published in 2000. It was to be translated into several languages. Regrettably, I had to defer the whole project for over a year, and in the process lost several of the translation teams.

Had it not been for the interest expressed in the project by Matt Tinaglia, the third edition might still be waiting for me to get back to it. But once he set the wheels into motion, taking on responsibility for the whole project, from editing to designing the book, I realized that this edition required something special. And since we had decided to publish it as a downloadable eBook, I thought, why not include some fan artwork?

Two artists, Anke Eissmann and Rich Sullivan, responded to my inquiries. I had hoped to feature works by a few other artists whose talents I had come to appreciate, but I was unable to locate them. So, I hope you enjoy the selections I've made, and the updated essays as well. And a Spanish-language translation team, organized by Leandro of Elfenomeno, has worked steadfastly on two translations of the book. I'm still hopeful of seeing the Spanish edition completed.

Thank you for your support and interest through the years. We have corrected as many errors as possible, and some of the information has been updated, too. May all your Tolkien reading be enjoyable.

-vii-

dução em papel, que é a essência da imprensa de caracteres móveis. Existe o esforço de transformar a Internet numa imensa biblioteca: iniciativas como o Projecto Gutenberg ajudam a enriquecer o espólio dos clássicos cujos direitos já são do domínio público, disponibilizando-os a qualquer pessoa. Nesse *site* podemos encontrar a Bíblia e grandes autores dos séculos passados: H. G. Wells, Platão, Homero, Stoker, Defoe, Swift, Shakespeare, Milton, Dante, Tolstoy, Balzac, entre muitos outros. Já os livros mais recentes são mais escassos, devido aos direitos de autor. Importa conjugar o novo dado na jogada do livro e, se um novo meio de divulgação traz novas formas de influência, é preciso capacidade de adaptação; assim, muitos autores criam páginas pessoais, com catálogos das suas obras, indicação biográfica, artigos e informações.

Quem irá sobreviver na competição entre o meio digital e o impresso? Devíamos vê-los como complemento um do outro. De um lado, a partilha do conhecimento numa comunicação gratuita, de outro, os direitos de autor e as razões do lucro. A preocupação dos editores é legítima, mas parece-nos ainda pequena a penetração dos livros digitais. As pessoas não perderam ainda o gosto pelo papel, pelo cheiro dos livros, nem deixou de ser estimada a sua existência física, o amarelo das páginas envelhecidas. Os livros em CD são, maioritariamente obras de referência e consulta, enciclopédias, programas de informação que jogam com tecnologias interactivas. É generalizada a falta de prazer na leitura de romances no computador e grande o desconforto de ter de imprimi-los.

O historiador francês Roger Chartier analisa, em ***O Desafio da Escrita*** (Unesp, S. Paulo, 2002), a linguagem escrita, o surgimento da linguagem electrónica como língua universal (com a dominante do inglês), a relação do leitor contemporâneo com o texto electrónico e o futuro do livro.

Chartier lembra que já vem do passado a desconfiança quanto à multiplicação dos livros. Aquando do advento da imprensa era comum a opinião de que um grande número de livros traria mais confusão do que saber, e que a multiplicação dos livros não produziu novos génios. Hoje, a uma escala muitíssimo maior, a multiplicação do texto electrónico trouxe várias rupturas.

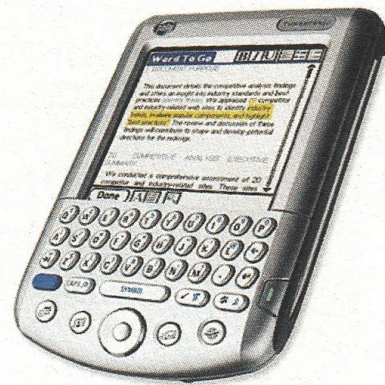
Em toda a sua história o livro sofreu mutações quanto ao suporte, mas identificou-se sempre como objecto material e intelectual que possuía em si uma unidade. O texto electrónico revoluciona as percepções, as estruturas de suporte da cultura escrita e as práticas de leitura. Com o texto electrónico, diversas classes de texto são lidas através de um mesmo suporte, deixa de haver distinção de uma obra como obra em si. A leitura passa a ser descontínua e fragmentada, e todas as entidades textuais se tornam dados, sendo inapreensível a «coerên-

»

cia da totalidade textual» e a sua identidade singular. Essa desarticulação perturba a leitura de textos que exigem atenção e que são criações originais. Com o texto electrónico impõe-se uma nova forma de organização, e o leitor pode consultar palavras, imagens e sons, ter acesso aos documentos utilizados pelos investigadores, o que muda a técnica tradicional da prova nos textos científicos, com o uso de notas, citações e referências. Também a questão dos direitos de autor é bastante afectada uma vez que o texto passa a ser móvel, passível de ser recortado, de apropriação por terceiros. À guisa de conclusão, refira-se a instabilidade do texto electrónico e a sua difícil definição em confronto com os textos tradicionais que foram, desde o século XVIII, obras singulares.

É preciso distinguir dois tipos de textos electrónicos, como já referimos. Por um lado, as publicações que oferecem textos abertos, de acesso fácil, através da Internet. Por outro, o *e-book*, editado, de acesso restrito, que não permite a cópia e continua a indústria do livro.

Durante muito tempo o livro electrónico e impresso irão coexistir, tal como sucedeu com o manuscrito e o impresso. A questão é se desaparecerão os livros em papel num futuro longínquo, inteiramente substituídos pela cultura digital. Nesse deslocamento da forma impressa para a electrónica haverá, sem dúvida, uma perda da continuidade material das publicações impressas.

Qual é o futuro do livro? Lembremos as personagens de ***Fahrenheit 451*** de Ray Bradbury, que, insatisfeitas com a ordem de destruição dos livros e de entorpecimento mental, memorizam os seus preferidos, tornando-se raridades vivas e ambulantes. Nessa metáfora encontramos possivelmente alguma resposta para a sobrevivência dos livros, que se encontra, mais do que no questionamento do seu

suporte, na persistência da leitura enquanto efectivação da manutenção do livro. Pois o livro só é factor de mudança se for lido e só é obra em si, para lá de quem a produz e a lê, através da leitura. Escreve Blanchot: «*Le livre a en quelque sorte besoin du lecteur pour devenir statue, besoin du lecteur pour s'affirmer chose sans auteur et aussi sans lecteur*» (***L'espace littéraire***, Gallimard, 1955, p. 255).

Apesar da imensa concorrência audiovisual e informativa, a produção de textos escritos e a sua leitura serão o garante da continuação do livro. Neste sentido, somos responsáveis pela sua vida e morte, uma vez que construímos, e estamos ainda a fazer, esta história, necessária para a compreensão do futuro, pois, diz McMurtrie, «qualquer apreciação da estruturação do livro moderno baseia-se, pelo menos, em grau considerável, no conhecimento e compreensão do seu desenvolvimento histórico» (***O Livro – Impressão e Fabrico***, Gulbenkian, 1997).